

CIDADE NEOLIBERAL, REGULAÇÃO, AJUSTE ESCALAR: BUSCANDO AS RAÍZES DE JUNHO DE 2013

Felipe Nunes Coelho Magalhães
Doutorando em Geografia – IGC/UFMG
felmagalhaes@gmail.com

Em junho de 2013 a metrópole brasileira passou por momentos históricos. A partir de uma faísca gerada por um pequeno movimento organizado na cidade de São Paulo, multidões de magnitudes inéditas tomaram as ruas das grandes cidades do país, entrando em confronto direto com a polícia, num impulso de rompimento radical com a inércia despolitizada que caracterizava as grandes maiorias, fazendo do torneio internacional de futebol que se iniciaria naqueles dias notícia de importância secundária. A principal característica das manifestações foi seu caráter heterogêneo, comportando movimentos sociais diversos, grupos da esquerda organizada em partidos e sindicatos, anarquistas de várias tendências, movimentos estudantis, e uma enorme massa de indivíduos que não se encaixavam em grupos organizados ou ideários anti-establishment. Neste sentido, é extremamente difícil reduzir as motivações das multidões nas ruas a somente um vínculo causal com um tipo de reivindicação ou estratégia, pois muitas vezes havia inclusive contradições internas à própria massa nas ruas. No entanto, é notável que o neoliberalismo e suas traduções em efeitos na vida cotidiana na metrópole, ou o *neoliberalismo urbano*, não somente esteve por trás da faísca inicial do levante, mas constitui um amplo processo aglutinador que abarca uma porção significativa das motivações por trás dos eventos iniciados naquele momento, seja em relação aos grupos mais coesos ou aos indivíduos que formavam a multidão em função de causas próprias.

O urbano é expressão e processo definidor da sociedade, ao mesmo tempo causa e efeito do social. É a reunião e o afloramento de processos e dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais, que fazem a cidade e são feitos por ela, potencializando tanto a produção de valor econômico quanto a criação da obra. Esta interação constitutiva das transformações sociais com o espaço urbano ocorre em vários planos interligados. Este artigo parte da hipótese de que a

metrópole contemporânea é sintonizada ao neoliberalismo e sua lógica de garantir a primazia dos mercados na reprodução social através do Estado. O fenômeno neoliberal se torna um elemento chave na dialética sociedade-espaço, sendo um processo social aglutinador e determinante de processos diversos, que interliga dinâmicas variadas e dá o tom – a partir de uma *dinâmica transescalar* – da produção do espaço na metrópole de hoje. Parto da abordagem de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço (Lefebvre, 1974), buscando interações entre o neoliberalismo, a economia política urbana e a produção do espaço em sentido amplo reunidas neste texto na forma de proposições exploratórias. Não se trata de propor totalidades – que os processos urbanos hoje são todos vinculados ao neoliberalismo – mas de encontrar ligações: como e onde elas ocorrem, através de quais agentes, com quais consequências. Trata-se de abordar os sentidos do contexto urbano e geo-econômico que estiveram por trás dos levantes multitudinários de 2013 – propondo questões, não soluções acabadas.

A metrópole brasileira contemporânea é marcada por um paradoxo que nos afeta diariamente: situações, embates, impasses e problemas coletivos são tratados individualmente, e há uma incapacidade de se agir coletivamente na direção de questões amplamente entendidas como problemas concretos de caráter coletivo que conformam a vida cotidiana na cidade. As saídas ofertadas e geralmente adotadas são de ordem individual, e o resultado geralmente é não somente a reprodução dos problemas mas a criação de novos desafios, a partir do congestionamento das próprias tentativas individuais de se abordar aquilo que é de natureza coletiva e da profunda exclusão de uma ampla parcela da população que não tem acesso a tais opções de privatização/individualização das soluções¹. A crise de mobilidade é o exemplo mais visível deste dilema, em que a fragilidade das buscas por saídas coletivas, somada a uma série de incentivos à adoção de soluções individuais, faz com que a situação se deteriore num ciclo vicioso de difícil reversão. Para além da questão do trânsito (que é mais visível e afeta inclusive os privilegiados), este princípio também se faz presente de forma decisiva nos serviços públicos: saúde, educação, habitação, lazer, segurança etc. Há um ciclo vicioso que se inicia na deterioração do que é público, que acompanha a ampliação do mercado privado para a oferta daquele serviço, que por sua vez contribui, de formas diversas, para sucatear ainda mais o provimento público do serviço. Na saúde este processo ocorre através da sucção de recursos do

¹ Sendo que o crescimento da classe média baixa no contexto recente atua justamente no sentido de criar mercados ampliando este acesso.

circuito público para o privado, criando uma situação em que há de um lado um *mercado* de serviços de saúde altamente especializado e sofisticado com altos níveis de remuneração e lucratividade que contribui para dificultar a melhoria da oferta pública do serviço, pois competem pelos mesmos recursos. No caso da educação, trata-se de uma relação em que a precariedade do público é pré-condição para a expansão do mercado que atende a tal demanda (um eventual salto de qualidade no público esvaziaria o ensino privado abruptamente). Ou seja, há uma relação entre a reprodução do sucateamento da esfera pública e a expansão e a especialização dos mercados privados para os serviços de consumo coletivo. Esta é a lógica de funcionamento da metrópole hoje. Trata-se de um princípio que se aplica a diversas situações na cidade, e que se relaciona, fundamentalmente, ao neoliberalismo em seu impacto na vida cotidiana e na reprodução social de forma ampla.

Re-ajustes regulatórios, descompassos históricos

Abordo o neoliberalismo como uma forma de governo historicamente situada no capitalismo contemporâneo, iniciada a partir das reestruturações que ocorrem pelo mundo a partir da crise do modo de regulação² fordista-keynesiano na década de 1970. Um preceito teórico importante no argumento é a ideia de que o processo de reprodução do capital é fundado no Estado. O capitalismo tem no Estado um embrião (em termos históricos) e um pilar sustentador fundamental na sua reprodução, sendo que variações histórico-geográficas do capitalismo se relacionam a formas distintas que o Estado estrutura, regula, administra e garante as pré-condições para a fluidez da acumulação. Trata-se de um pressuposto importante tanto na negação de interpretações (neo-)estruturalistas que insistem em posicionar a produção em si como um processo social fundamental a partir do qual as instituições, as ideologias e as subjetividades se organizam; quanto para refutar o argumento primordial dos proponentes do neoliberalismo, qual seja, a ideia do Estado mínimo como um objetivo e um ideário central em suas doutrinas. O padrão neoliberal de regulação do capital centra-se na formulação de políticas e de um modelo de

² Utilizo o termo “modo de regulação” tendo como referência a economia política dos regulacionistas franceses e sua abordagem das crises e reestruturações históricas do capitalismo em diversos níveis e as variações de formatos de ação do Estado correspondentes. A escola da regulação trabalha com um pressuposto adotado neste estudo (também presente na obra de Karl Polanyi, dentre outros que serão abordados adiante), de que a lógica do capitalismo é intrinsecamente cruzada a formas historicamente construídas de agenciamentos econômico-institucionais, tendo o Estado como agente central, e não simplesmente derivado do mecanismo interno da acumulação. Para um panorama geral daquela escola de pensamento, ver Boyer (1996), e Boyer; Saillard (2002).

governo que partem do pressuposto de que o livre mercado resulta necessariamente em maiores níveis de bem-estar social, mas atuando de forma ativa (violenta e autoritária), para garantir certas condições básicas para a livre atuação dos agentes econômicos privados, apesar do caráter anti-democrático tanto dos resultados coletivos gerados pelo mercado quanto das pré-condições para seu funcionamento. Esta atuação mínima tem na polícia um agente central (Wacquant, 2001; 2009), e na garantia de direitos de propriedade que, combinada com a ausência de políticas públicas que atendam demandas sociais reais que o mercado não é capaz de abordar, entra em conflito direto com a urgência da necessidade coletiva, sendo a metrópole um agenciamento de grande intensidade deste descompasso. Não há contradição entre plano e mercado nessa perspectiva, pois a ação do Estado é em si um preceito fundamental para a própria primazia dos mercados e da consequente generalização da busca por soluções individuais para problemas coletivos. Há uma forma neoliberal de planejamento, que envolve variações históricas e geográficas de acordo com o contexto em que os princípios de *laissez-faire* e os modelos neoliberais interagem com heranças de períodos anteriores e com padrões de organização institucionais (ambos geograficamente específicos).

Muito se escreveu no âmbito da geografia urbana e econômica nos últimos 30 anos a respeito da reestruturação do capitalismo a partir do início da década de 1970 nos países de centro, pensando na importância do espaço para compreender tal processo³. Esta reestruturação começa a ocorrer no Brasil com uma década de atraso, após o fracasso do governo militar no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que visava justamente uma política de gasto contra cíclico para a manutenção do crescimento através da ação do Estado num ambiente externo desfavorável. Trata-se de uma história acerca do declínio do Estado de bem estar social, que hoje pode ser visto como um interregno na história do capitalismo, que gera um longo período de exceção – entre as décadas de 1930 e 1970 – onde há um nível de regulação e restrição maior aos mercados, para em seguida dar lugar a um modo de regulação mais parecido com o anterior, com um maior nível de liberalismo.

A crise do capitalismo fordista-keynesiano teve um nível de profundidade maior que as crises esporádicas com as quais convivemos, e a reestruturação subsequente altera a relação

³ Em grande medida na geografia crítica e nos estudos urbanos do mundo anglófono, numa primeira vertente, tratando das transformações a partir da perspectiva da pós-modernidade (Soja, 1993; 2000; Harvey, 1992); em seguida trazendo a globalização como processo proeminente (Sassen, 1998; 2001; Dicken, 1986; dentre outros); em paralelo com um enfoque na construção de um paradigma pós-fordista (Amin, 1994); para finalmente chegar no tratamento do neoliberalismo como dinâmica socio-histórica essencial na produção contemporânea do espaço (Harvey, 2004; Peck et al, 2002; 2009; Brenner et al, 2010).

capital-trabalho em benefício do primeiro. O Estado de bem estar não envolvia simplesmente uma tendência ao provimento universal de serviços públicos, mas também uma relação do capital (sobretudo industrial) com o trabalho e as organizações sindicais onde havia um aumento dos salários proporcional aos ganhos de produtividade que é abandonado com a reestruturação pós-fordista. Para Harvey (2004), o neoliberalismo é um projeto de classe, levado a cabo pela classe capitalista, com o objetivo de reverter essa dinâmica de aumento dos ganhos do trabalho e direcionar o crescimento da produtividade para o lucro privado – o que só é possível com a globalização da produção, que retira qualquer resquício de poder de fogo dos sindicatos nos países centrais ao lançar as etapas intensivas em mão de obra para os países de custo mais baixo do trabalho, com mão de obra abundante e poucos direitos trabalhistas (inúmeras vezes em regimes autoritários). O grande nível de endividamento dos assalariados no contexto atual se explica, na abordagem de Harvey, a partir dessa alteração promovida pelo pós-fordismo aliado ao neoliberalismo nos mecanismos de distribuição dos ganhos, a favor dos lucros e em detrimento do trabalho.

No Brasil, a abertura comercial conduzida pelo governo Collor constitui um passo decisivo no desmantelamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que corresponde razoavelmente à experiência brasileira (e latino-americana) de regulação fordista-keynesiana da acumulação capitalista com aspirações (e produtoras de ideologias) nacionalistas de progresso. Bem como o modo de regulação neoliberal, a experiência brasileira de ISI teve variações internas importantes, não tendo sido um modo de regulação coerente internamente ao longo de seu predomínio como forma de gestão governamental da acumulação capitalista (entre o início das décadas de 1930 e 1980). Esta experiência se inicia com um impulso na direção da construção de uma indústria de base nacional, com um primeiro processo de reestruturação no governo de Juscelino Kubitschek permitindo maior entrada de capitais estrangeiros concomitante a um esforço de ampliar a infra-estrutura de energia e transportes necessária para a expansão do investimento industrial, tendo uma terceira redefinição no período militar, reprimindo a expansão da participação do trabalho na apropriação dos frutos do crescimento, e com um impulso mais forte na direção da modernização conservadora do território de forma mais expandida na direção das regiões centro-oeste e norte (Becker, 1991).

Além do aspecto do keynesianismo com seu braço distributivo retraído, que gera espacialidades cristalizadas e heranças sociais que perduram na metrópole brasileira com uma

expressiva importância política no quadro atual, a concentração do fordismo brasileiro na metrópole do sudeste fez com que estas regiões sofressem os impactos da crise daquele modo de regulação de forma mais acentuada. Do ponto de vista do processo histórico da formação espacial, o crescimento acelerado da metrópole brasileira do sudeste nas décadas de 1960 e 1970 é ligado a uma relação Estado-espaço que historicamente exclui uma grande parcela da população do acesso à terra, criando um grupo subalterno fluido no território que sofre um duplo efeito de expulsão da terra em função da intensificação do componente técnico no campo na chamada revolução verde e da concentração da propriedade fundiária, e de atração às metrópoles em função do crescimento acentuado do emprego industrial naquele período. No entanto, essa população, mesmo urbanizada, permanece às margens do acesso à terra – na cidade transformado em acesso à moradia, e se estendendo ao acesso à cidade de forma mais ampla. O passo subsequente que Karl Polanyi (1980) descreveria como o duplo movimento inevitável no percurso histórico do capitalismo nos países de centro – qual seja, o crescimento e a distribuição social dos seus frutos – não seria verificado na metrópole fordista-keynesiana em sua versão brasileira, sendo as presenças/persistências desta ausência (violentamente policiada) ingredientes importantes nas espacialidades resultantes da ascensão do neoliberalismo.

Construiu-se a base para um capitalismo industrial urbano, que atrai amplos contingentes populacionais a partir de um duplo processo: o efeito de expulsão do campo em função da substituição da mão de obra no campo pela revolução verde, que por sua vez se relaciona à exclusão socioespacial histórica da população pobre brasileira repetida e continuamente excluída do acesso à terra (Holston, 2013); e o efeito de atração exercido pelo dinamismo econômico da metrópole no período baseado no crescimento da indústria. A crise metropolitana (Souza, 1999) é, em grande medida, ligada à crise que atinge no início dos anos de 1980, com pouco menos de uma década de atraso em relação aos países centrais, o capitalismo fordista-keynesiano em sua versão incompleta e concentradora que se configurou no país. Seu resultado é uma configuração socioespacial marcada por uma transformação acelerada que se esgota antes que o ciclo atinja sua maturação: o projeto da metrópole industrial fordista/keynesiana, que necessariamente envolve o duplo movimento polanyiano de crescimento e distribuição, entra em crise prematura, engendrando espacialidades ainda marcadas por este legado de incompletude. Como a metrópole era o centro dinâmico do modelo, a crise deste atinge as áreas metropolitanas com mais força, tendo como efeitos mais visíveis os níveis elevados de

desemprego (que persistem até o início da década de 2000), e o sucateamento dos meios de consumo coletivo (antes que atingissem sua universalização que seria garantida em termos de direitos pela Constituição de 1988). Com a abertura econômica do início da década de 1990 a indústria brasileira entra numa posição de maior vulnerabilidade, conduzindo o país a uma situação de “armadilha da renda média” em que os países semi-periféricos se encontram na globalização, por não terem as vantagens comparativas das duas pontas do espectro: nem a tecnologia dos países centrais, nem a mão de obra barata do sudeste asiático. As vantagens comparativas que restam se concentram na exportação de recursos naturais e commodities agrícolas: justamente os carros-chefe da economia brasileira pré-1930, que voltam a exercer este papel nas últimas décadas, ainda que de forma acompanhada da base fordista que permaneceu⁴.

O dismantelamento das estruturas do Estado de bem estar social ainda em fase de construção ocorre justamente num período politicamente promissor, de transição democrática e redefinição das pedras fundamentais do Estado, que resulta numa constituição formalmente democrática mas com difíceis transbordamentos práticos. Um dos fatores que atuam como obstáculo é a persistência de formas renovadas de patrimonialismo, clientelismo e concentração de poder (notável nas relações entre meios de comunicação desregulados, grande capital e partidos políticos), e a reestruturação regulatória na direção de uma governança decisivamente em favor do afloramento de oportunidades de investimento completa o leque de processos que anulam potenciais da redemocratização, sobretudo no que diz respeito à construção de uma esfera pública coerente com a profundidade das movimentações democráticas daquele período. Concomitante a este desencontro que gera uma tensão interna ao próprio Estado entre as determinações advindas do campo da política econômica e as persistências do Estado de bem estar que a Constituição de 1988 cria bases jurídico-institucionais para construir de forma universal, há uma construção de um novo aparato regulatório com um papel distinto do Estado, muito de acordo com a teoria econômica ortodoxa, marcado pela necessidade que o governo atue somente na correção das “falhas de mercado”. Como bem observam Brenner et al (2010b, p. 329), as transformações no aparato regulatório do capitalismo ocorrida nas últimas décadas priorizam respostas centradas no mercado e orientadas por ele, “buscando intensificar a

⁴ simplesmente em função da proteção direcionada aos setores que a compõem, que no caso da indústria motriz deste parque industrial fordista, são também beneficiados diretamente por políticas públicas de incentivo ao consumo de automóveis (que incluem subsídios através do provimento de infra-estrutura urbana dedicada às tentativas de manutenção da malha rodoviária urbana em acordo com o tamanho da frota em circulação), e indiretamente, através da ausência de subsídios e incentivos ao transporte coletivo.

mercantilização de todos os domínios da vida social, frequentemente mobilizando instrumentos financeiros especulativos para abrir novas arenas para o investimento lucrativo”. Este é o retrato do desencontro, que começa a ocorrer no final da década de 1980 e perdura de formas diversas, entre um processo de democratização e a conformação de um modelo de ação do Estado que abarca uma política econômica e um aparato regulatório que atuam na contramão do primeiro. Este período entre o fim dos anos 80 e início dos 90 constitui um ponto de inflexão significativo na metrópole brasileira, com raízes na crise do início da década de 80 que dá forma àquele contexto, e que cria uma série de dinâmicas sociais cujos efeitos ainda se fazem presentes. A crise da dívida se propagava, os planos macroeconômicos fracassavam reiteradamente, e o contexto da redemocratização passava por um ponto chave nas eleições de 1989. Neste quadro de incertezas o neoliberalismo se apresenta como a novidade que abarca a resposta bem sucedida para a crise, ganhando legitimidade dessa forma, ao ser entendido como o produto de competentes técnicos portadores de conhecimento de ponta importado dos “lugares onde as coisas funcionam”.

Noutro plano de análise, Caldeira (2000) aborda aquele período do final da década de 1980 e início dos 1990 a partir da experiência urbana de moradores da cidade de São Paulo registrada etnograficamente na forma de entrevistas em profundidade, cujos relatos recolhidos naqueles anos registram a gravidade da crise da cidade, o pessimismo predominante e a ausência de perspectivas de possibilidades de sua superação, nos quais a violência urbana é um aspecto central, e influencia em grande medida a vida na metrópole. As reações à violência na maioria das vezes vão na direção alimentadora de preconceitos e de um ciclo vicioso defensivo anti-solidário, anti-social, anti-cidade, que engendra o protagonismo da busca por soluções privadas para problemas públicos, e caminha no extremo oposto da empatia necessária para a adequada percepção do fenômeno e sua superação. A violência policial aparece como um aspecto visto como “mal necessário” por parte das classes médias, e é evidenciada pela autora como uma parte significativa das raízes do ciclo vicioso retro-alimentador da violência. Caldeira traça relações de todo este processo também com a transição pós-regime militar, trazendo impressões (também em relatos pessoais capturados em campo) a respeito da suposta segurança que existia nos tempos da ditadura, associadas à defesa da pena de morte por muitos e à condenação da promoção dos direitos humanos como forma de proteção de criminosos – discursos que voltam à tona no debate público atual.

A violência é um traço marcante da metrópole brasileira pós-crise da década de 1980, e o ciclo vicioso que a reproduz se relaciona a diversas dinâmicas entrecruzadas e retro-cumulativas no formato proposto por Gunnar Myrdal (1965) em seus diagnósticos ligados ao tema do desenvolvimento econômico que engendraram propostas de ação sempre baseadas na quebra dos ciclos viciosos e sua inversão na direção oposta, a do ciclo virtuoso igualmente retro-alimentado. Embora esta análise seja contaminada por uma primazia do utilitarismo e por uma grande dose de ingenuidade quanto às relações sociais de produção que se reproduzem de várias maneiras e se mesclam aos ciclos de “causação circular cumulativa” identificados por Myrdal, pode servir como um aparato interessante de análise para a cidade contemporânea e dinâmicas definidamente urbanas, como é o caso da violência cotidiana descrita acima.

Trata-se de uma questão que assola a todos na cidade, atingindo os pobres de forma mais acentuada (mais uma vez, aqueles excluídos das possibilidades de privatização/individualização das soluções através do mercado), e que inclusive reduzem o potencial da ação política democrática de grupos organizados atuantes em comunidades pobres e favelas onde o tráfico de drogas se faz fortemente presente (Souza, 2009). Ataca-lo demanda identificar essa cadeia de processos interligados em relação causal circular, passando pela violência policial (que é central na retroalimentação da violência, como ressalta Caldeira), mas também pelos aspectos que conformam a situação do total oposto ao direito à cidade de forma plena em seu sentido original lefebvriano em que a grande maioria daquelas pessoas vive. Inclusive o fato de que o tráfico organizado é, em grande medida, uma resposta a um chamado do próprio Estado por soluções individuais e pela transformação do cidadão em empreendedor num contexto de fragilidade social e crise crescente, sendo que a própria conjuntura sinaliza através mesmo da ação (e inação) do Estado que os sistemas coletivos de proteção social em frágil construção até o final da década de 1970 – paradoxalmente garantidos em termos formais pela Constituição de 1988 numa conjuntura de nenhuma fertilidade para sua efetivação – não estariam mais presentes. Ou seja, construía-se um regime de meritocracia liberal em tempos de crise. E dentre o precariado urbano surgiram algumas respostas aliando uma lógica de mercado à inserção em circuitos mais amplos de ilegalidade organizada, que envolve sobretudo a logística de circulação das mercadorias e materiais utilizados naquelas atividades, e à territorialização armada da favela como espaço isolado, protegido da ação da polícia (Souza, 1996).

Há uma clara ligação da violência cotidiana na metrópole com o neoliberalismo urbano nascente, e a reprodução em novas rodadas com alterações e ajustes internos desta cidade do mercado engendra novas formas com que a violência também se perpetua na cidade (mesmo em conjunturas onde a crise econômica não se faz presente, como a maior parte da década de 2000). Em versões mais extremas deste ciclo vicioso que alimenta a violência cotidiana, Calligaris (1999) interpreta uma onda de violência extrema marcada por episódios de demonstração de força e crueldade por parte do crime organizado no Rio de Janeiro no final da década de 1990 como situada no mesmo eixo que a ostentação consumista da elite daquela cidade, numa lógica de massacre simbólico do mais fraco via ostentação de poder econômico respondido através da ostentação de violência. Neste sentido, se a regra do jogo é a competição, e as condições iniciais de entrada não são minimamente corrigidas em relação às heranças históricas profundamente injustas, a violência se torna uma resposta dentro do paradigma competitivo imposto desde cima.

Escalas do crescimento neoliberal re(des)ajustado

Retornando à perspectiva histórico-geográfica mais ampliada, é preciso enfatizar que o neoliberalismo não avança sem a retomada e o aprofundamento do processo de globalização, após um período de interregno nacionalista na história do capitalismo. Neste sentido, a questão de escala é fundamental para se abordar a relação entre neoliberalismo e espaço, inerentemente transescalar, comportando dinâmicas que ocorrem em escalas geográficas distintas, e que aprofundam as interligações entre elas. Isso traz implicações importantes para a metrópole, por se tratar de um ente geográfico particularmente sensível a processos que ocorrem em escalas mais amplas, devido à sua natureza relacional, da alta densidade de nós e pontos de encontro constitutivos de redes maiores que são concentrados no espaço metropolitano. A metrópole atual constitui um espaço econômico baseado nos serviços avançados cuja geração de excedente cria condições extremamente favoráveis para a valorização imobiliária e a potencialização da renda da terra que canaliza parte destes excedentes em sua direção. O neoliberalismo urbano entra em cena como um conjunto de ações, políticas públicas e projetos que potencializam este ciclo de valorização imobiliária, gentrificação e aprofundamento da economia imaterial dos serviços avançados, sendo as operações urbanas mais recentes a expressão máxima dessa orientação de

política urbana em que o poder público incentiva a valorização imobiliária e pega carona na dinâmica, mas sem redistribuir de forma substancial o excedente capturado.

O forte crescimento da economia brasileira no período 2004-2010, intimamente relacionado à inserção internacional do Brasil em relação à ascensão da economia chinesa, atua como um combustível nestas transformações dos núcleos metropolitanos. No período anterior de crescimento econômico continuado, na década de 1970, a estrutura produtiva era centrada no modelo de substituição de importações, altamente concentrado nas áreas metropolitanas. A retomada da década passada ocorre num primeiro momento em áreas de maior presença da atividade extrativista (na mineração, principalmente) e da agroindústria, o que gera reflexos diretos nas economias metropolitanas através da demanda por serviços complexos e outras formas de complementaridade entre estes dois espaços econômicos. Após esta reativação do crescimento sustentado, há um reaquecimento do mercado interno que permite uma expansão quantitativa da ação do Estado, retomando o investimento público (paradoxalmente mantendo grande parte dos serviços básicos precarizados), promovendo o reajuste do salário mínimo para o mesmo nível real em que se encontrava no período anterior ao golpe militar e adotando políticas distributivas diretas. Nesta segunda fase, o reaquecimento do mercado interno faz as economias metropolitanas voltarem a crescer de forma mais substancial, não somente através dos impactos indiretos dos setores exportadores de recursos naturais, mas nas suas bases industriais anteriormente consolidadas. Os efeitos deste processo precisam ser avaliados em conjunto com a persistência do neoliberalismo, que nesta fase mais recente ocorre de forma combinada com o crescimento econômico (sendo que nos períodos anteriores, até o ano de 2004, verifica-se um formato de neoliberalismo com desemprego, que muitas vezes eram erroneamente diagnosticados como inseridos numa ligação intrínseca).

Trata-se de uma terceira variação no formato do neoliberalismo em sua versão brasileira, a partir do início do processo de reestruturação no governo Collor, com um desmonte dos pilares da política de Industrialização por Substituição de Importações na abertura para o comércio exterior, e de uma segunda fase do aprofundamento na agenda neoliberal através do Plano Real e da política mais agressiva de privatizações levada a cabo na década de 1990. Os fatores que tornam o *lulismo* uma variação no neoliberalismo em seu padrão brasileiro e latino-americano nessa interpretação centrada na governança são: a manutenção da política macroeconômica a serviço da credibilidade dos títulos de dívida pública no mercado financeiro

internacional; o aprofundamento do extrativismo e dos setores exportadores de commodities explorados como resultado do receituário ortodoxo de melhorar a relação entre dívida e exportações através das vantagens comparativas, ofertando-as no mercado global; a persistência da precariedade dos serviços públicos apesar do crescimento econômico (que faz com que os ganhos distributivos sejam amplamente apropriados pelos mercados que ofertam os bens e serviços demandados pela classe média baixa em expansão); e um formato de direcionamento da ação do Estado ao investimento privado através das parcerias público-privadas e concessões diversas – cuja lógica se estende também ao Programa Minha Casa Minha Vida, que vem transformando as paisagens das periferias metropolitanas de forma significativa e alimentando o ciclo de endividamento do assalariado consequente da relação capital-trabalho atual.

Ressalta-se que as políticas de transferência de renda não são uma manifestação anti-neoliberal do formato de ação do Estado atual. Pelo contrário, são mecanismos coerentes com os preceitos do fundamentalismo de mercado contra o fortalecimento e a primazia da esfera pública. Tanto Milton Friedman (1962, p. 192) quanto Friedrich Hayek⁵ defendem as políticas de transferência de renda como uma forma de combate à pobreza mais eficiente que o provimento direto dos serviços por parte do Estado, pois permitem que os beneficiários tenham uma liberdade de escolha no uso dos recursos que supostamente favorece a concorrência entre ofertantes, aumenta o leque de escolhas em potencial para o consumidor, e sustenta um mercado privado maior. Neste sentido, a combinação da precariedade persistente dos serviços públicos com a expansão do emprego e da renda disponível que retira uma ampla parcela da população de uma situação de pobreza e dá acesso ao consumo pela primeira vez para muitos faz nascer um enorme mercado privado de atendimento a esta nova demanda, e abrangendo um amplo leque de setores, desde supermercados e o comércio de bens duráveis até os serviços coletivos. Educação, saúde, o acesso à moradia e aos meios de transporte individuais (em detrimento do coletivo) se tornam grandes magnetizadores da renda acessada por este grupo. Ou seja, transfere-se para a base da pirâmide, e em função da ausência dos serviços públicos, este mesmo fluxo de renda sobe para o

⁵ Segundo Hayek, “é o dinheiro que, na sociedade atual, oferece ao homem pobre uma gama de escolhas extraordinariamente vasta, bem maior do que aquela que há poucas gerações se oferecia aos ricos. Compreenderemos melhor a importância desse serviço prestado pelo dinheiro se considerarmos o que de fato aconteceria se, como propõem muitos socialistas, o ‘incentivo pecuniário’ fosse em grande parte substituído por ‘incentivos não-econômicos’. Se, em vez de serem oferecidas em dinheiro, todas as recompensas o fossem sob a forma de distinções públicas ou privilégios, posições de poder, melhores condições de moradia ou alimentação, oportunidade de viajar ou educar-se, isso significaria apenas que o beneficiário já não teria liberdade de escolha e que o dispensador das recompensas determinaria não somente o seu valor mas também a forma específica em que elas seriam desfrutadas” (HAYEK, 2010, p. 102)

topo, devido à criação destes mercados altamente lucrativos (em parte sustentados pela reprodução do sucateamento do público). E politicamente, atinge-se um nível de legitimidade inédito no período pós-redemocratização ao conseguir a adesão de uma grande parcela dos excluídos que supostamente deixam de sê-lo. Obviamente, não se trata de atacar os programas de transferência de renda em si (que para os mais vulneráveis representam um avanço em relação à situação anterior da dupla ausência tanto do acesso aos serviços quanto da renda mínima), mas simplesmente de apontar sua coerência com um quadro neoliberal mais amplo. E esta inserção traz consequências graves para a cidade, a transforma numa máquina de crescimento incapaz de lidar com prioridades coletivas a não ser através do direcionamento das soluções para o mercado.

A paisagem urbana resultante deste formato de neoliberalismo aliado com crescimento, para além do congestionamento de veículos, é aquela das motocicletas por dentre os carros, do transporte público caro, lento e lotado, do “predinho” de 3 andares na periferia, dos onipresentes telefones celulares equipados com câmeras e autofalantes, da proeminência do amplo leque de serviços educacionais particulares, dos planos de saúde, do endividamento e dos financiamentos a perder de vista, e do shopping center finalmente chegando às regiões menos abastadas da metrópole. As facetas virtuosas desta dinâmica estão no alívio da situação de penúria criada nas décadas anteriores, no tão esperado acesso ao consumo que sempre buscou atingir ao desejo de todos através da publicidade mas teve seu acesso restrito somente a alguns. A realização do desejo reprimido desmistifica a essência do que é desejado, e no caso do consumo, esta se revela para muitos como uma essência vazia, pouco fiel ao forte apelo imagético que ela exerce no cotidiano, permitindo um passo adiante, na conformação de novas ansiedades mais produtivas, potencialmente na direção da esfera política. Por outro lado, esta saída da situação de maior vulnerabilidade pode também significar uma marcha na direção de uma nova forma de precariedade, em que há um grande nível de endividamento e uma dependência delicada da manutenção do crescimento econômico para que a nova classe média baixa se mantenha como tal.

Mas para além dessa dimensão das transformações no perfil socioeconômico trazidas pela dinâmica recente, o aspecto de importância central para o argumento aqui proposto se refere às formas com que o espaço é socialmente produzido e se renova conservando estruturas hegemônicas num contínuo processo de modernização conservadora e de abertura de novas possibilidades emancipatórias que têm no espaço um pilar fundamental. Na rodada atual, o

neoliberalismo combinado ao crescimento econômico produz (e é produzido por) um espaço social centrado no consumo, na competitividade, na individualização, nos cálculos de risco/retorno e custo/benefício, na meritocracia liberal, na privatização, no cerceamento, e na conformação de uma base simbólica que constitui uma cultura marcada por estes padrões. O que não ocorre sem respostas e resistências, pois a cidade situa-se na permanente tensão entre a reprodução da hegemonia através da produção do espaço e a contínua profusão de novos vetores criadores de aberturas emancipatórias e possibilidades políticas, e da busca pela afirmação do direito à cidade.

Referências

- AMIN, Ash (org.). 1994. **Post-fordism**: a reader. Oxford: Blackwell.
- BECKER, Bertha. 1991. **Modernidade e gestão do território no Brasil**: da integração nacional à integração competitiva. In: Espaço e Debates, n.32.
- BOYER, Robert. 1990. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel.
- BOYER, Robert; SAILLARD, Yves. 2002. **Regulation theory**: the state of the art. Londres: Routledge.
- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. 2010. **Variegated neoliberalism**: geographies, modalities, pathways. In: Global Networks, 10, 2: 182-222.
- _____. 2010b. **After neoliberalization?** In: Globalizations, 7, 3: 327-345.
- CALDEIRA, Teresa. 2000. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Edusp.
- CALLIGARIS, Contardo. **Do homem cordial ao homem vulgar**. In: Caderno Mais!, Folha de São Paulo, 12/12/1999.
- DICKEN, Peter. 1986. **Global shift**: mapping the changing contours of the world economy. Harper & Row.
- FRIEDMAN, Milton. 1962. **Capitalism and freedom**. University of Chicago Press.
- HARVEY, David. 1992. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- _____. 2004. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola.
- HAYEK, Friedrich. 2010. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.

HOLSTON, James. 2013. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras.

LEFEBVRE, Henri. 1974. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos.

MYRDAL, Gunnar. 1965. O princípio da causação circular e acumulativa. **Teoria, Economia e Regiões Subdesenvolvidas**.

PECK, Jamie; TICKELL, Adam. 2002. **Neoliberalizing space**. In: *Antipode*, 34: 380–404.

PECK, Jamie; THEODORE, N.; BRENNER, N. 2009. **Neoliberal urbanisms**: models, moments, mutations. In: *SAIS Review* XXIX, 1. Disponível em <http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Peck.Theodore.Brenner.2009.pdf> (consulta em agosto/2014).

POLANYI, Karl. 1980. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus.

SASSEN, Saskia. 1998. The city: strategic site / new frontier. In: WOLFF, Richard, INURA (orgs.). **Possible urban worlds**: urban strategies at the end of the 20th century. Basileia: Birkhäuser.

_____. 2001. The global city: introducing a concept and its history. In: KOOLHAAS, R. **Mutations**. Barcelona: Actar.

SOJA, Edward. 1993. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 2000. **Postmetropolis**: critical studies of cities and regions. Oxford: Blackwell.

SOUZA, Marcelo L. 1996. As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial brasileira sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, I.; GOMES, PC; CORRÊA, R.L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Bertrand Brasil.

_____. 1999. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. 2009. **Social movements in the face of criminal power**. In: *CITY analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*; 13:1, 26-52.

WACQUANT, Loïc. 2001. **The penalisation of poverty and the rise of neoliberalism**. *European Journal on Criminal Policy and Research* 9: 401–412.

_____. 2009. **Punishing the poor**: the neoliberal government of social insecurity. Durham: Duke University Press.